



câmbios
currency exchange

albufeira algarve

since 1995

RELATÓRIO E CONTAS 2021

RELATÓRIO E CONTAS

2021

ÍNDICE

- RELATÓRIO DE GESTÃO
- ATA DE APROVAÇÃO DE CONTAS
- BALANÇO
- DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS
- MAPA DE ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS E INTANGÍVEIS
- DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO
- DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
- ANEXO AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS
- RELATÓRIO DE AUDITORIA



câmbios
currency exchange

albufeira algarve

— since 1995 —

V.I.-AGÊNCIA DE CÂMBIOS

RELATORIO DE GESTÃO

2021

1 - INTRODUÇÃO

A V.I. - AGÊNCIA DE CÂMBIOS LDA, com sede social na Praça Miguel Bombarda, N° 17 em Albufeira, com um capital social de 200.000,00 €, tem como atividade principal o exercício de operações legalmente autorizadas às agências de Câmbios e designadamente a compra e venda de notas e moedas estrangeiras e de cheques de viagem. O presente relatório de gestão expressa de forma apropriada a situação financeira e os resultados da atividade exercida no período económico findo em 31 de Dezembro de 2021.

O presente relatório é elaborado nos termos do artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais (CSC) e contém uma exposição fiel e clara da evolução dos negócios, do desempenho e da posição da V I AGÊNCIA DE CÂMBIOS LDA, procedendo a uma análise equilibrada e global da evolução dos negócios, dos resultados e da sua posição financeira, em conformidade com a dimensão e complexidade da sua atividade, bem como uma descrição dos principais riscos e incertezas com que a mesma se defronta.

2 - Enquadramento Económico

A pandemia causada pelo COVID-19 fez mergulhar o mundo numa profunda crise social e económica. As sucessivas vagas de infeção e as restrições sanitárias fizeram de 2020 um período negro do ponto de vista dos mercados globais. O ano fechou com grandes incertezas em relação ao futuro, com a variante DELTA a surgir na reta final e a causar mais problemas para todos os países.

As soluções começaram a chegar em 2021 com o surgimento das vacinas contra o COVID-19. Estas novas armas de combate à pandemia permitiram um reabrir tímido de vários setores e atividades e o início do caminho de retoma económica. À medida que as taxas de vacinação foram aumentando, também os principais indicadores económicos foram melhorando. As perspetivas do futuro tornaram-se mais otimistas com a perceção crescente de que os piores cenários projetados para aos próximos 5 anos talvez não se viessem a realizar.

No entanto, nem tudo correu como idealizado, segundo os especialistas, um dos maiores legados da pandemia COVID-19 será o aumento das desigualdades económicas e sociais entre países e concidadãos que se fará sentir durante largos anos, facto que se veio agravar com a desigualdade de acessos às vacinas.

A nova variante OMICRON, que fez disparar os casos de infeções, numa altura em que grande parte das populações já se encontrava vacinada veio obrigar ao recuo nas medidas de desconfinamento em diversos países, trazendo de volta uma incerteza, já familiar, com a que se fez sentir em 2020. Por fim, a recusa da vacinação, por parte de um número considerável de pessoas em diferentes países (ex. EUA), dificultou o combate a esta doença.

Em suma, 2021 fechou com fortes sinais de uma recuperação económica cuja expectativa inicial era que se iria manter em 2022. No entanto, a invasão russa da Ucrânia e a subsequente guerra, veio destabilizar os mercados internacionais, com as sanções à invasora Rússia a impactarem a vários níveis o abastecimento de matérias-primas na Europa e, em escala menor, nos EUA. Espera-se que a escalada dos preços no mercado energético venha a colocar uma

pressão adicional nos preços dos bens, causando um agravamento da inflação esperada. Consequentemente, torna-se muito difícil prever o futuro dos mercados, bem como da crise humanitária já visível.

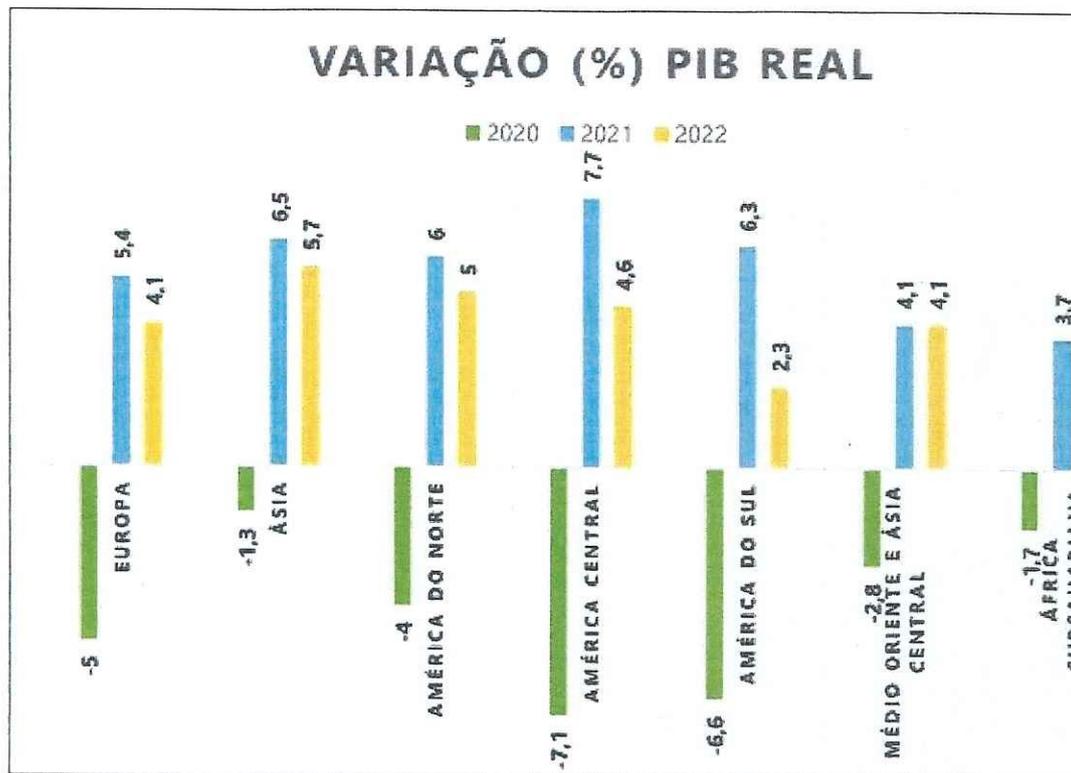
2.1. A Nível Internacional e Europeu

Mundo

O ano de 2021 fica marcado pela recuperação económica face à queda drástica registada em 2020. No entanto, esta recuperação veio acentuar as divergências entre os países mais desenvolvidos e as economias mais frágeis. O acesso desigual às vacinas e a capacidade económica das diversas regiões foram as grandes razões deste afastamento de realidades.

O primeiro indicador da recuperação económica de 2021 foi o crescimento da economia mundial, o FMI coloca este crescimento nos 5,9% ao fechar de 2021. No entanto, este valor é mais modesto do que as previsões inicialmente feitas a meio do ano. A revisão em baixa deve-se à disrupção das cadeias de fornecimento, que afetou maioritariamente as economias mais avançadas, e à evolução da pandemia e surgimento de novas variantes, que afetou todos, mas em especial as economias emergentes e em desenvolvimento.

No seguimento deste aumento, também o PIB dos países tendeu a aumentar. O gráfico abaixo ilustra a variação do PIB real, em %, das grandes regiões do mundo.



Após a queda, a nível mundial, de -4,3% registada em 2020 o FMI aponta um crescimento do PIB global de 4,8% em 2021. Como demonstrado no gráfico, todas as grandes regiões do mundo acompanharam esta tendência. Uma das razões para o crescimento da economia global e para a evolução do PIB foi o crescimento do comércio mundial. Segundo o FMI, o comércio aumentou 10% face ao ano anterior.

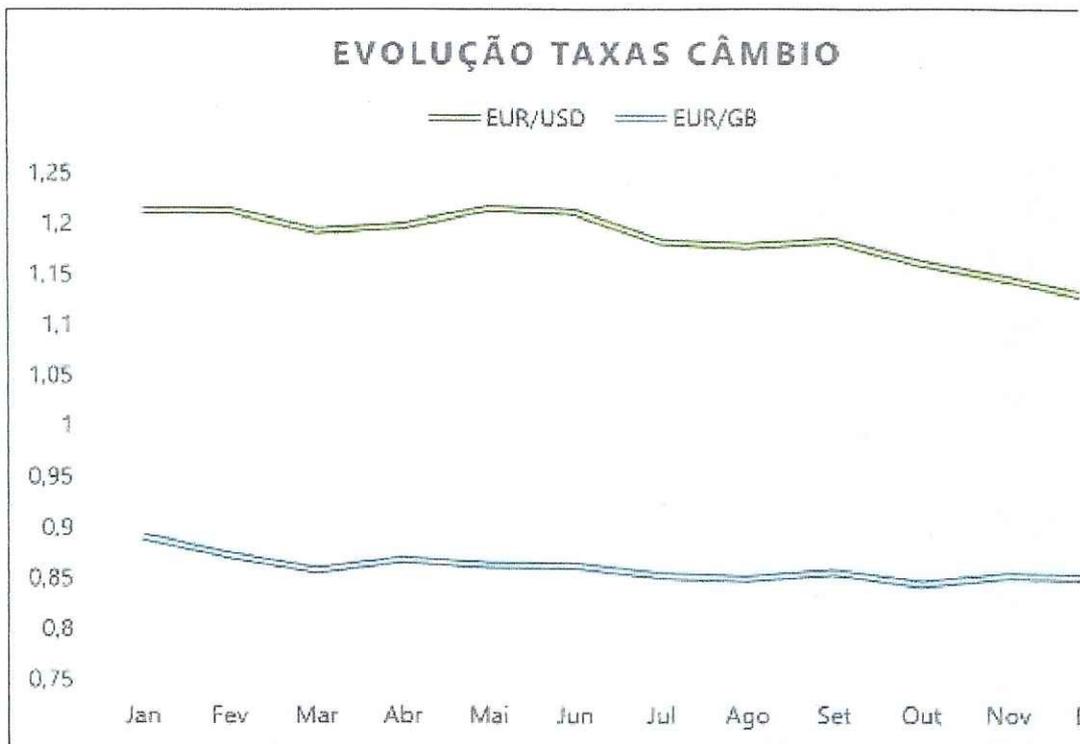
No entanto, as mesmas instituições que apontam estes dados alertam que muitos países, nomeadamente os que estão mais dependentes do setor do turismo, continuam a enfrentar mais dificuldades. Isto porque 2021 foi também marcado pelo domínio de novas variantes do vírus SARS-CoV 2, mais concretamente a variante Delta que dominou grande parte do ano, e a Ómicron que surgiu já no seu final, e que se têm demonstrado mais perigosas ou mais difíceis de conter que o vírus original, mesmo com a aceleração da vacinação. Como tal, quase todos os países assistiram a novas vagas da pandemia e à manutenção de medidas sanitárias que continuaram a afetar em especial alguns setores.

Outro dos indicadores que disparou em 2021 foi a inflação que bateu recordes em muitas regiões, como é o caso dos EUA que registaram uma taxa de 6,8% no final de 2021, sendo que não se assistia a um valor tão alto no país desde 1968. O aumento dos preços tem, em grande parte, a ver com o aumento do consumo privado ao mesmo tempo que a oferta diminuiu fruto dos constrangimentos nas cadeias de fornecimento. O setor onde a subida dos preços foi mais acentuada foi o da energia.

Contrariando a tendência de comportamento igual entre regiões está o desemprego. Em 2020, a taxa atingiu os 7% na Europa e os 8,1% nos Estados Unidos. Para 2021, projeta-se que os Estados Unidos registem uma melhoria acentuada deste indicador, reduzindo a taxa para os 5,4%. Por outro lado, a Europa mais desenvolvida enfrentará um agravamento do mesmo, com

a taxa a crescer para os 7,3%.

Por fim, o gráfico abaixo apresenta a evolução das taxas de câmbio ao longo de 2021 tendo em conta a taxa do dia 15 de cada mês, ou do primeiro dia seguinte disponível.



É possível observar que ao longo de 2021 o Euro sofreu uma desvalorização em relação ao dólar americano e à libra britânica, sendo o primeiro cenário o mais acentuado.

Europa

A Europa observou, ao longo de 2021, uma recuperação económica impulsionada pelo aumento das taxas de vacinação. Os pacotes de apoio à economia dos diversos países permitiram evitar o colapso do setor empresarial, levando assim à manutenção de diversos postos de trabalho e facilitando o caminho de recuperação a percorrer nos anos vindouros. Mesmo assim, continua a existir muita incerteza sobre o futuro, fruto das novas variantes COVID-19 e das sucessivas vagas de infeção.

Tal como no cenário mundial, o primeiro sinal de recuperação é o crescimento da economia. O FMI indicava um crescimento de 5,2% para as economias europeias mais avançadas, e de 6% para as emergentes e em desenvolvimento, em 2021.

Também como no cenário mundial, a zona euro viu disparar a taxa de inflação que, segundo dados do Eurostat, atingiu os 5% em dezembro de 2021. A subida dos preços fez-se sentir em especial no setor da energia, que apresentou uma inflação de 26% em dezembro. Já mencionada como uma das principais razões para a subida dos preços está a redução da oferta

em conjunto com o aumento da procura, consequência do desbloquear das poupanças acumuladas durante a pandemia.

Este aumento traduziu-se num aumento do consumo privado de 3,3% que contrasta com a queda de -8% registada no ano anterior. E no aumento do consumo público de 2,7% face aos 1,2% registados em 2020. As importações e exportações da zona euro também dispararam durante 2021. Após terem caído -9,4% e -9,5% respetivamente, apresentam agora um crescimento de 7% e 9,3%.

Ao nível do desemprego, os 7% registados na Europa traduziam-se em setembro de 2021 em 14.324 milhões de pessoas sem trabalho na união europeia, dos quais 12.079 milhões na zona euro, o que corresponde a um decréscimo de 2.054 e 1.919 milhões respetivamente. Do total dos desempregados da zona euro, 16% são jovens (menos de 25 anos). Na divisão entre géneros, são as mulheres as mais penalizadas, com uma taxa de desemprego médio de 7%, com os homens a apresentarem uma taxa média inferior de 6,5%.

Principais Mercados Estrangeiros

China

O Worldbank estima que o PIB do mercado chinês tenha aumentado 8% em 2021, em linha com o crescimento generalizado registado nas outras regiões do mundo num ano de esforços por parte do governo chinês para desalavancar as suas empresas e diminuir o risco financeiro do setor empresarial.

O desemprego registou uma quebra, com as previsões a apontarem para um fecho de 2021 com uma taxa inferior a 4%, muito próxima dos valores registados em pré-pandemia.

O consumo privado disparou em 2021, tendo crescido 10,2%, em contraste com o recuou de -1,7% registados em 2020. Também o consumo publico aumento 6,8%. A inflação desacelerou, após atingir os 2,5% em 2020, o ano findo deverá ficar pelos 0,9% segundo dados do Worldbank.

EUA

O FMI prevê que o PIB dos EUA aumente 6% em 2021 após ter registado uma quebra de -3,4% em 2020. Foi lançado um plano que visa um aumento de gastos por parte do governo na casa dos 4,3 trilhões de dólares ao longo da próxima década para estimular a economia. Grande parte destes gastos tem em vista o combate à desigualdade e investimento em educação e melhorias do capital humano.

O ano de 2020 fechou com uma taxa de desemprego de 8,1%, as previsões apontam para que esta taxa caia para os 5,4% no final de 2021. Também consequência do plano de medidas mencionado anteriormente.

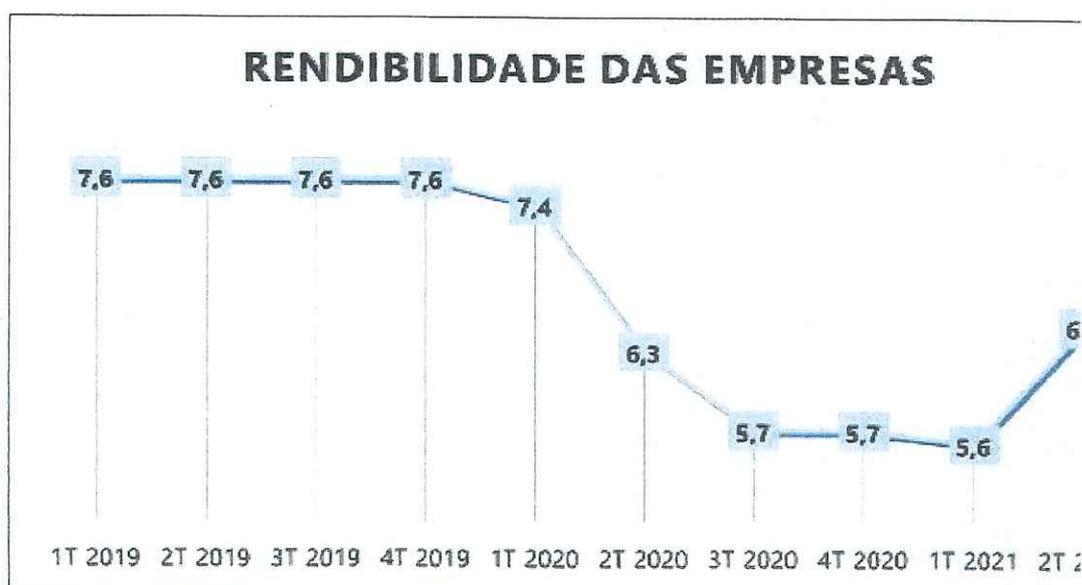
Estima-se que o consumo privado tenha aumentado 8,2% em 2021, este aumento é fruto da recuperação económica, e é acentuado pela quebra registada em 2020. O consumo público manteve-se constante, com os 2% registados em 2020 a permanecerem inalterados.

2.2 A nível Nacional

Após um ano de 2020 marcado por uma significativa contração económica, fruto da pandemia COVID-19 e das subseqüentes medidas de contenção sanitárias, 2021 fica marcado pela inflexão de grande parte das tendências de descida registadas no ano anterior. Contudo, o ano findo fica ainda marcado por sucessivos avanços e retrocessos na abertura da economia, bem como pela incerteza que os mesmos trazem às empresas e aos cidadãos.

Com base nas previsões de fecho do Banco de Portugal, Portugal fecha 2021 com um aumento do PIB de 4,8% face ao valor de 2020. Este crescimento é em parte consequência da excepcional má performance da economia no ano anterior, fruto da pandemia e das medidas de combate à mesma, que condicionaram a atividade económica. Contribuíram para o crescimento do PIB o crescimento da procura interna de 5,1% e também as importações e exportações que recuperaram face ao ano anterior, registando um crescimento de 10,3% e 9,6% respetivamente.

Ao fechar do 3T de 2021 a capacidade de financiamento da economia portuguesa tinha aumentado para 0,4% do PIB, um aumento de 0,3 p.p. em relação ao trimestre anterior. Por sua vez, a capacidade de financiamento das famílias, no mesmo período, diminuiu para 4,9% do PIB.



No final do 2º trimestre de 2021 o setor empresarial registou um aumento de rendibilidade, superando os valores do período homólogo, mas encontrando-se ainda abaixo dos registados em 2019, antes do início da pandemia.

O investimento empresarial em termos nominais (FBCF empresarial) aumentou 4,9%. As principais contribuidoras para este crescimento são as empresas do 4º (mais de 500 pessoas ao serviço) e 3º (entre 250 e 499 pessoas ao serviço) escalão. Inversamente, foram as empresas do 1º escalão (menos de 50 pessoas ao serviço) que mais contribuíram negativamente, refletindo uma contração do investimento empresarial de -16,2%. Analisando por setores, os principais

responsáveis pelo crescimento são os setores de atividades financeiras e de seguros (contributo de 2,2 p.p. e variação de 38,4%) e transportes e armazenagem (contributo de 2,1 p.p. e variação de 42,9%). Por oposição, os setores de comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos (-1,8 p.p. correspondentes a -9,6%) e construção (-1,6 p.p. correspondentes a -30,6%) registaram os maiores decréscimos de investimento.

Quanto ao desemprego, segundo dados do INE, no 3T de 2021 foi registada uma taxa de 6,1%, representando uma queda de 1,9 p.p. face ao período homólogo, e fazendo desta, a taxa mais baixa dos últimos 10 anos, inferior em 0,2 p.p. à registada no mesmo trimestre de 2019, período pré-pandemia. Esta queda traduz-se numa diminuição da população desempregada em 85 mil pessoas face ao mesmo trimestre do ano anterior, baixando o total para 318,7 mil pessoas. (valor mais baixo da década). Na mesma linha, a população ativa atingiu o valor mais alto da década, atingindo os 4,787 milhões de pessoa empregadas.

Segundo a projeção do Banco de Portugal, tanto o consumo privado como o consumo público registaram aumentos de 5% e 3,3% respetivamente, com o IHPC a registar uma taxa de variação média de 0,9%.

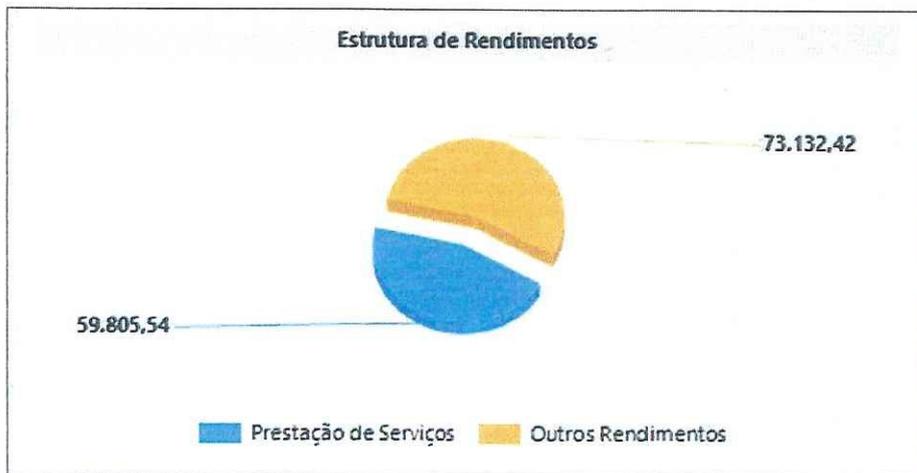
No que toca ao sistema bancário, segundo dados do Banco de Portugal, até ao último trimestre de 2021, a rentabilidade do ativo (ROA) aumentou 0,31 p.p., face mesmo período do ano anterior (para 0,46%). A rentabilidade do capital próprio (ROE) aumentou 3,7 p.p., situando-se em 5,4%. O aumento da ROA deveu-se à diminuição das imparidades para crédito e, em menor grau, ao aumento dos resultados com operações financeiras. O custo do risco de crédito diminuiu 0,63 p.p., para 0,37%, após o aumento significativo em 2020 associado ao surgimento da pandemia.

No final do 3T de 2021 a dívida pública equivalia a 131,4% do PIB o que equivale a 271,2 milhões de euros.

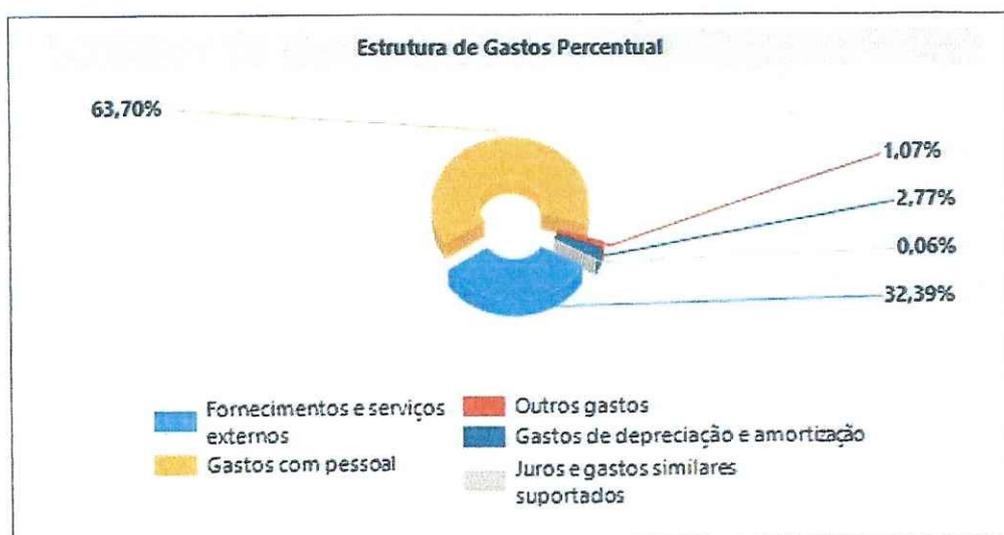
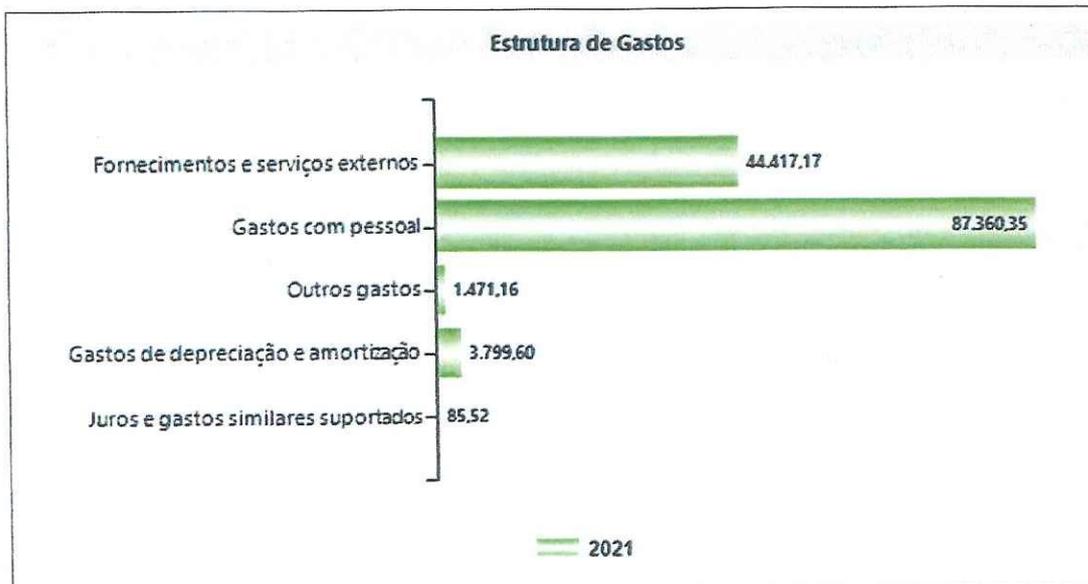
3 - Análise da Atividade e da Posição Financeira

No período de 2021 os resultados espelham uma evolução positiva da atividade desenvolvida pela empresa. De facto, o volume de negócios atingiu um valor de 59.805,54 €, representando uma variação de 62,85% relativamente ao ano anterior.

A evolução dos rendimentos, bem como a respetiva estrutura, são apresentadas nos gráficos seguintes:



Relativamente aos gastos incorridos no período económico ora findo, apresenta-se de seguida a sua estrutura, bem como o peso relativo de cada uma das naturezas no total dos gastos da entidade:



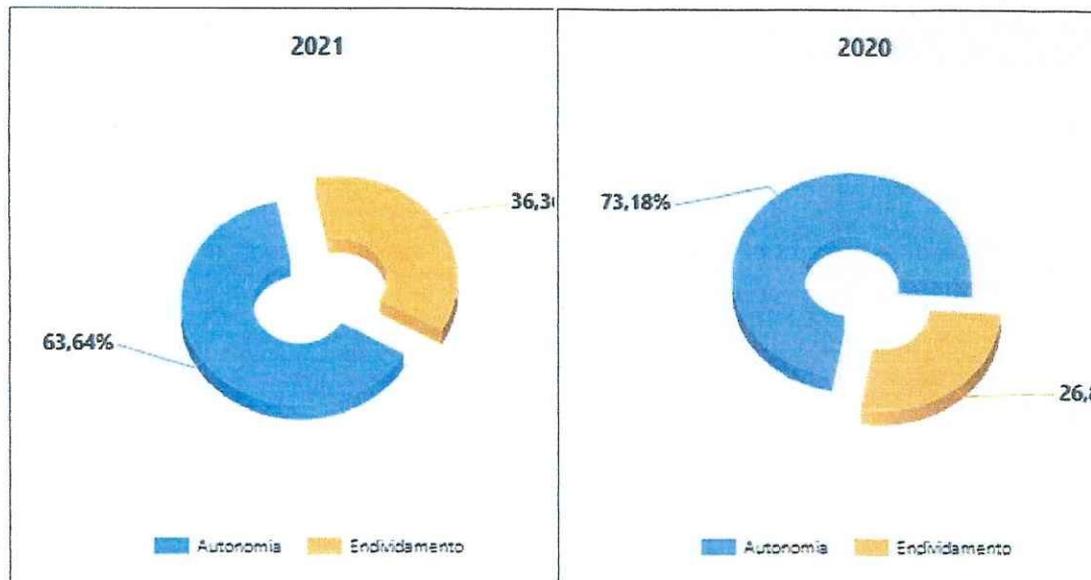
No que diz respeito ao pessoal o quadro seguinte representa os gastos com o pessoal, bem como o respetivo número de efetivos que a entidade tem conseguido manter:

RUBRICAS	PERIODOS		
	2021	2020	2019
Gastos com Pessoal	87.360,35	88.509,87	101.256,32
Nº Médio de Pessoas	7	7	7
Gasto Médio por Pessoa	12.480,05	12.644,26	14.465,18

Na sequência do exposto, do ponto de vista económico, a entidade apresentou, comparativamente ao ano anterior os seguintes valores de EBITDA e de Resultado Líquido.



Em resultado da sua atividade, a posição financeira da entidade apresenta, também comparativamente com o ano anterior, a seguinte evolução ao nível dos principais indicadores de autonomia financeira e endividamento:



De uma forma detalhada, pode-se avaliar a posição financeira da entidade através da análise dos seguintes itens de balanço:

ESTRUTURA DO BALANÇO

RUBRICAS	2021		2020	
Ativo não corrente	90.949,73	37 %	94.749,33	42 %
Ativo corrente	157.756,45	63 %	132.352,98	58 %
Total ativo	248.706,18		227.102,31	

RUBRICAS	2021		2020	
Capital Próprio	158.277,42	64 %	165.823,84	73 %
Passivo não corrente	0,00	0 %	0,00	0 %
Passivo corrente	90.428,76	36 %	61.278,47	27 %
Total Capital Próprio e Passivo	248.706,18		227.102,31	

A sociedade exerceu atividade no setor de atividades e operações legalmente autorizadas às Agências de Câmbios, designadamente a compra e venda de notas e moedas estrangeiras e de cheques de viagem.

4 - Proposta de Aplicação dos Resultados

A V I AGÊNCIA DE CÂMBIOS LDA no período económico findo em 31 de dezembro de 2021 realizou um resultado líquido de **-7.546,42€**, propondo a sua aplicação de acordo com o quadro seguinte:

APLICAÇÃO DOS RESULTADOS

ANO	2021
-----	------

Por deliberação em Assembleia Geral o Resultado obtido será transferido para Resultados Transitados.

5 - Expetativas Futuras

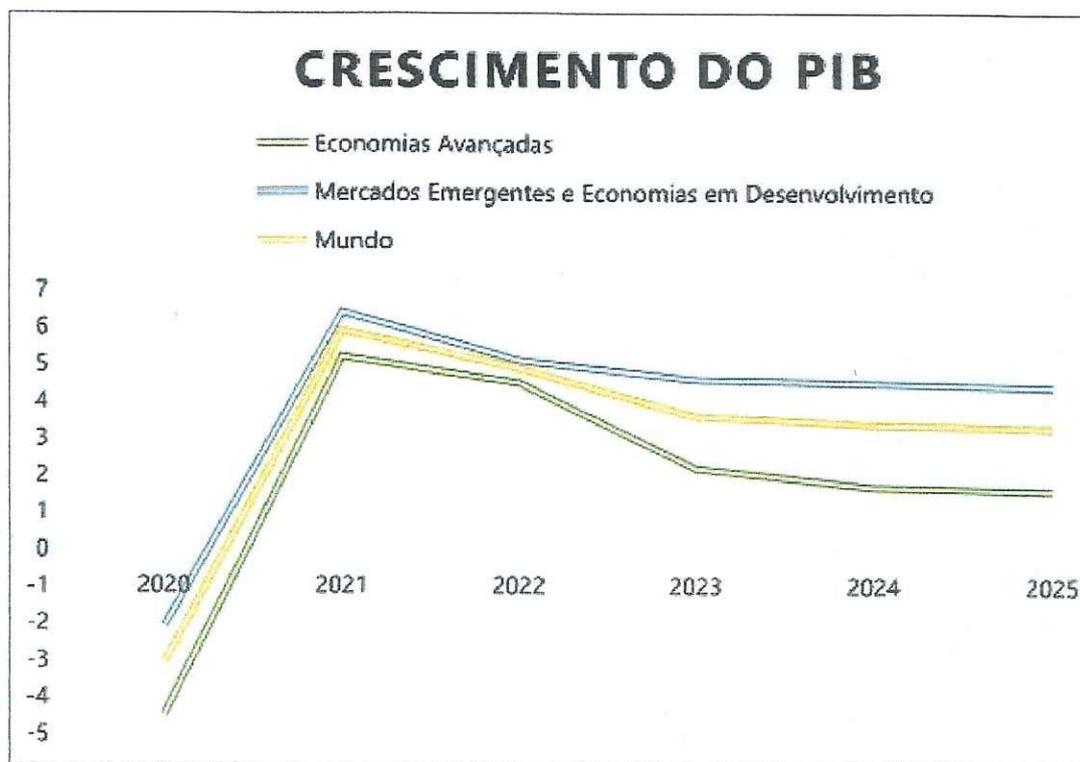
5.1. Cenário macroeconómico

As previsões apresentadas foram estimadas pelos diversos organismos relevantes à data de fecho de 2021 e início de 2022. Neste período, a invasão russa da Ucrânia era um cenário inexistente. Na presente data, muitas delas mantêm-se, contudo é expectável que se venham a alterar de futuro. Continua a ser esperada uma recuperação económica generalizada, pelo menos nos mercados mundiais mais avançados, muito devido ao facto de ainda nos encontrarmos num período de recuperação económica face ao ano de 2020. No entanto, indicadores como a inflação, já estão a ser revistos em alta, pelo que algumas das previsões abaixo apresentadas não refletem ainda os impactos da guerra entre a Rússia e a Ucrânia, dado ainda não existirem dados atualizados para os mesmos.

Mundo

É esperado que a recuperação económica iniciada em 2021 se mantenha durante 2022, com a maior parte dos indicadores a estabilizar nos anos subsequentes. Como tal, segundo dados do FMI, 2022 deverá trazer um crescimento de 4,9% na economia global, que estabilizará nos 3,3% nos anos subsequentes. As projeções de médio termo das economias mais desenvolvidas ultrapassam as existentes em período pré-pandemia, em grande parte devido às novas medidas em vigor nos EUA que se prevê, venham dar um impulso extraordinário à economia.

Associado ao crescimento da economia global esperado está o crescimento do PIB das economias mundiais, como representado no gráfico abaixo.



É possível observar a tendência de manutenção do crescimento em 2022 e subsequente queda, neste indicador, essa queda é mais marcada nas economias avançadas do mundo.

O indicador que mais preocupa as principais entidades financeiras é a inflação. Existe um elevado grau de incerteza sobre o seu comportamento futuro dado que ninguém consegue prever exatamente a evolução da pandemia e o potencial surgimento de novas variantes. No entanto, esperava-se que esta crescesse acentuadamente em 2022. As previsões variam entre instituições, mas todas apontavam para um valor superior a 2% à data de fim de 2021, entretanto, com o início da guerra entre Rússia e Ucrânia, é expectável que esta previsão venha a ser revista em alta.

Este crescimento deve-se a um leque vasto de fatores. Ainda antes da guerra entre a Rússia e Ucrânia, as disrupções das cadeias de fornecimento que deverão continuar pelo menos até meio do ano, diminuindo a oferta e fazendo subir os preços, especialmente dado o aumento esperado do consumo das famílias. No, entretanto, a preocupação atual centra-se no setor das energias. Foi neste setor que ocorreram as maiores subidas de preço em 2021 e a tendência irá agravar-se em 2022. A subida drástica dos preços dos combustíveis irá implicar uma subida dos preços dos bens de consumo, mesmo com os vários governos a lançar pacotes de medidas de apoio aos produtores e distribuidores, e de combate à inflação. Adicionalmente, a falta de mão-de-obra que se tem feito sentir em alguns setores, coloca uma pressão sobre os salários e custos das empresas o que também deverá contribuir para o aumento de preços esperado.

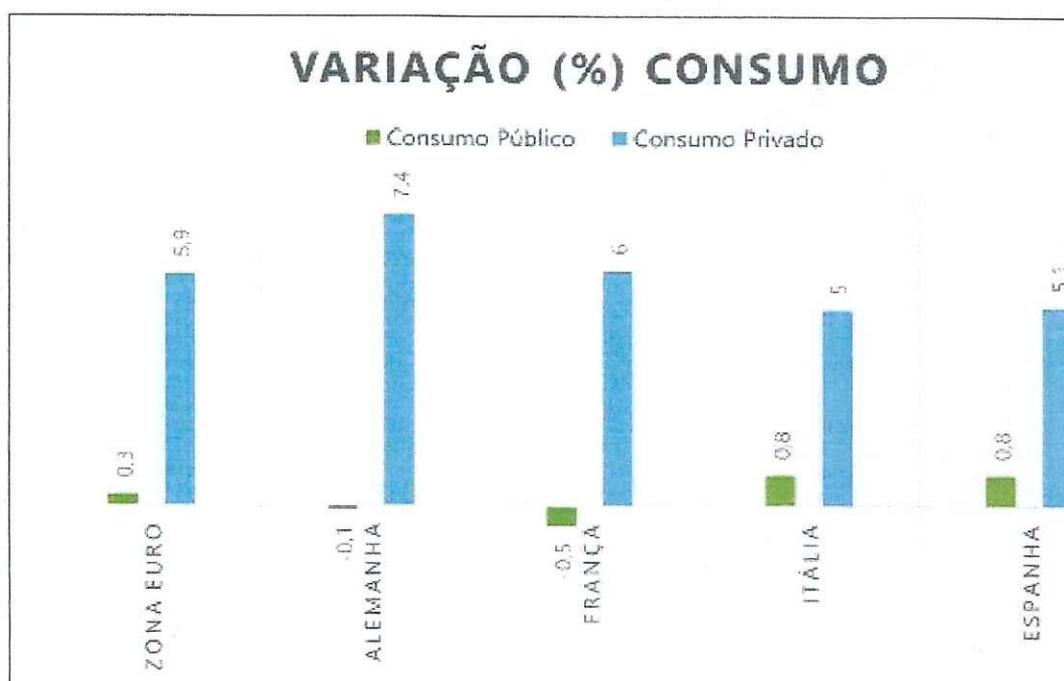
As previsões do FMI indicam que o emprego é dos indicadores que irá apresentar a recuperação mais lenta nos próximos anos. São apontadas como principais razões para esta evolução lenta, os apoios extra dados aos desempregados que em conjunto com receios de regressar aos escritórios levam muitos a ficar em casa, a evolução da automação e

automatização de processos que reduz os requerimentos de capital humano. Este comportamento é esperado tanto em economias mais desenvolvidas como nas emergentes e em desenvolvimento, teorizando-se que a COVID-19 levará a um aumento de desigualdades sociais nas sociedades e a um aumento de tensão entre classes.

Europa

Fruto de uma recuperação económica mais rápida do que antecipado, é esperado que o PIB da zona euro aumente 4,4% em 2022. São esperados crescimentos para os quatro grandes países, Alemanha, França, Itália e Espanha de 4,9%, 3,7%, 4,2% e 5,1% respetivamente. Este crescimento generalizado da zona Euro é impulsionado também pela expectativa da chegada dos fundos de recuperação e resiliência. Antecipa-se que o grande obstáculo ao crescimento em 2022 seja o constrangimento das cadeias de oferta que continuaram a não conseguir dar resposta ao crescimento da procura. O crescimento deverá abrandar em 2023 com as projeções do PIB a apontar para um crescimento de 2,4% na zona euro (2,5% Europa).

Tanto o consumo privado como o público caminham ao lado da tendência de crescimento do PIB. É esperado que para as economias mais avançadas da Europa o consumo privado cresça 5,9% e o consumo publico cresça 0,3%.



O mercado europeu sofre das mesmas pressões inflacionárias do resto do mundo, em muito derivadas ao aumento do consumo já mencionado, enquanto a oferta continua limitada por várias falhas nas cadeias de abastecimento. O Banco Central Europeu, que previa em setembro uma taxa de inflação de 1,7% em 2022, revisitou esse valor em dezembro, aumentando a taxa de inflação esperada para os 3,2%. Em fevereiro de 2022 apontava já para uma taxa de 5,1%, um claro reflexo dos impactos da guerra na Ucrânia causada pela Rússia.

No entanto, o BCE anunciou que não planeia alterar as suas políticas monetárias, mantendo a sua posição de não fazer ajustes às taxas de juro como o Banco de Inglaterra, nem fazer ajustes de política monetária, nem à sua política de estímulos à economia, como a Reserva Federal dos EUA.

O principal setor motor desta subida na Europa é o mesmo que no resto do mundo, o setor das energias. No entanto, é esperado que o setor estabilize no futuro, em especial quando o conflito se resolver, como tal o BCE mantém uma previsão na casa dos 2% para 2023.

Quanto ao desemprego, a recuperação prevê-se mais lenta. No geral das economias mais avançadas da Europa, prevê-se que a taxa de 7,3% atingida em 2021 se mantenha em 2022, sendo mais alta considerando apenas os países da zona euro, 8,1% em 2022 para este grupo. O comportamento do desemprego é também desigual entre países, a Alemanha espera conseguir uma descida da taxa de desemprego de 3,7% para 3,6% em 2022, ao mesmo tempo antecipa-se que a Itália venha a observar um agravamento da taxa dos 10,3% para os 11,6% em 2022.

Fruto da pandemia a zona euro viu agravar a sua dívida bruta. Nos 5 anos pré-pandemia esta tinha vindo a descer dos 92,8% em 2014 até aos 83,7% em 2019, no entanto, em 2020 este valor disparou para os 97,5%. Em 2021 ainda se assistiu a um agravamento deste indicador para os 98,9%, espera-se agora que a situação se inverta, prevendo-se uma descida para os 96,3% em 2022. Esta tendência decrescente deverá manter-se pelo menos até 2026 onde o valor da dívida da zona euro deverá representar 92,2% do PIB total.

Outros

China

As projeções apontam para uma desaceleração do crescimento do PIB chinês. O país assistiu a um crescimento de 8% em 2021 que deverá diminuir para os 5,6% em 2022. A tendência de descida tenderá a manter-se até pelo menos 2026 onde se prevê que o PIB cresça apenas 4,9%.

No que toca ao desemprego, deverá observar-se uma descida dos 3,8% registados em 2021 para 3,7% em 2022. Esta quebra residual está em linha com a demora de recuperação deste indicador.

EUA

As projeções indicam que o PIB dos EUA deverá aumentar 5,2% em 2022. Este aumento diminuirá consideravelmente até 2026 onde o crescimento deverá ficar pelos 1,7%.

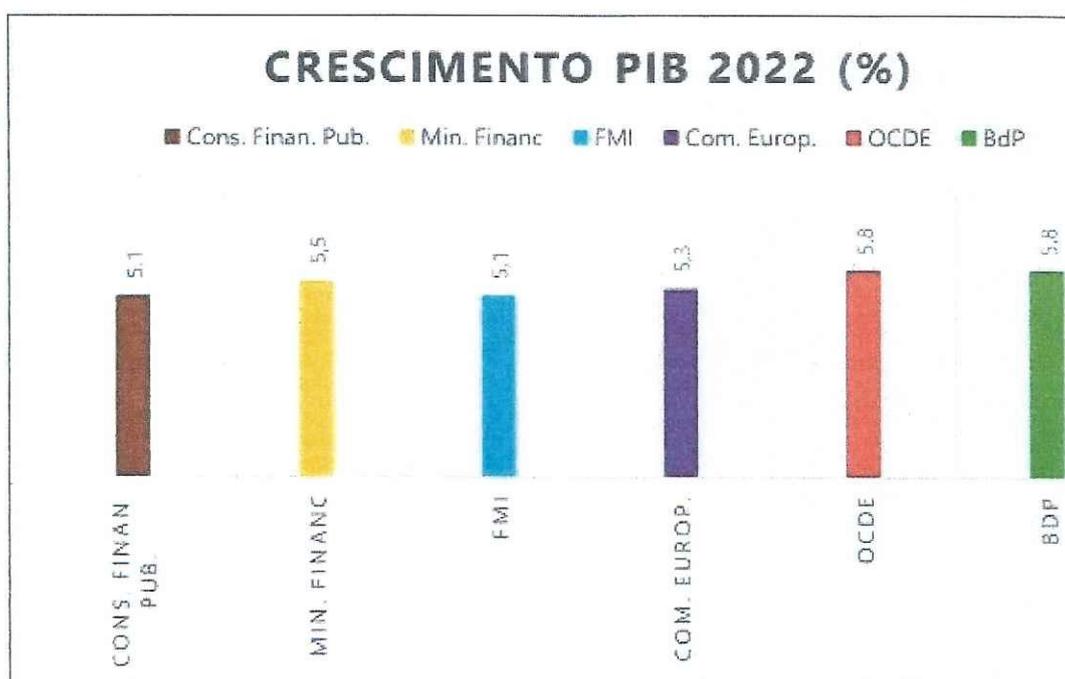
No campo do desemprego os EUA deverão observar uma descida mais abrupta da taxa, derivado das medidas tomadas pelo executivo, mencionadas anteriormente. Como tal, a taxa de 5,4% em 2021 deverá cair para os 3,5% em 2022. Um valor inferior 4,6 p.p. ao registado em

2020.

5.2 Cenário Interno

O recente chumbo do orçamento de estado, a subsequente queda do governo, e o escalar do conflito na Ucrânia, vieram trazer alguma incerteza sobre o futuro do país. Não obstante, as previsões indicam que a recuperação económica iniciada em 2021 se deverá, pelo menos, manter em 2022.

À data de fim de 2021, o Conselho de Finanças Públicas (CFP) português apresentava um sumário das principais previsões de crescimento do PIB em 2022.



Todas as previsões apontavam para um crescimento acima dos 5%. Segundo o Banco de Portugal, a tendência de crescimento que se verificou em 2021 e que se espera que continue em 2022 é suportada pelos fundos da Europa e pela manutenção das condições financeiras. No entanto, o CFP já veio alertar para a necessidade de rever as projeções em baixa, alterando a sua projeção para os 4,8% em 2022, 2,8% em 2023 e 2,6% em 2024. O CFP deixa, no entanto, claro que todas as previsões financeiras feitas de momento são bastante incertas.

Associado ao aumento do PIB está o aumento do consumo privado, entre os 4,1% e os 4,8% para 2022 segundo as diversas projeções. Este aumento deve-se à esperada libertação das poupanças que muitas famílias acumularam durante a pandemia. Também se prevê um aumento do salário mínimo que levará a um aumento do rendimento real disponível dos portugueses. A médio prazo, o Banco de Portugal prevê uma desaceleração deste indicador, e que em 2024 o crescimento baixe para os 1,8%.

Quanto ao consumo público, espera-se uma quebra acentuada, após ter crescido acima dos

4% em 2021, espera-se que cresça apenas 1,4% em 2022 segundo projeções do Banco de Portugal.

Espera-se que as exportações aumentem 10,4% depois dos 9,6% registados em 2021. Este aumento deve-se em parte à recuperação do setor do turismo, que tem mostrado sinais de recuperação acelerada, mas cujo ponto de partida de 2020 era muito baixo. Ainda assim, é um crescimento abaixo do inicialmente previsto de 12,7%, que reflete novos constrangimentos às exportações, tais como a diminuição da procura externa e o aumento das dificuldades nas cadeias de abastecimento. Prevaecem ainda as dúvidas quanto às medidas restritivas de combate à COVID-19, nomeadamente sobre o controlo de fronteiras. Por seu lado, as importações deverão desacelerar, após terem crescido 10,3% em 2021, deverão apresentar um crescimento de 9,3% em 2022.

É esperado que o crescimento económico de 2022 faça cair a taxa de desemprego, numa tendência que contraria a da Europa. O Banco de Portugal aponta para uma taxa de 6% para 2022. No que toca a previsões de médio termo, prevê-se que a taxa continue a cair, atingindo os 5,7% em 2023 e os 5,6% em 2024.

No meio da recuperação, um dos indicadores que levanta preocupação é a inflação. Não havendo ainda projeções oficiais do comportamento deste indicador para o restante ano de 2022, o BdP registou uma taxa de 4,4% em fevereiro de 2022, o que contrasta com as previsões feitas por diversas entidades no final de 2021 e que colocavam a mesma na casa dos 2%. No ano findo, as principais causas apontadas eram, uma redução da produção industrial fruto dos constrangimentos nas cadeias de fornecimento e do aumento dos custos de produção derivado dos aumentos dos setores das energias. Embora esta redução não tenha feito subir os preços em 2021, espera-se que possa vir a ter mais impacto em 2022. Os constrangimentos nas cadeias de fornecimento não se têm feito sentir apenas no setor industrial, a diminuição generalizada da oferta em conjunto com o aumento esperado da procura é também razão para o esperado aumento da inflação. O Banco de Portugal alerta ainda para o impacto das pressões salariais. Tanto pelo aumento do salário mínimo já mencionado que fará aumentar o rendimento disponível das famílias, mas também pelas carências de mão-de-obra que se fazem sentir mesmo com o aumento do emprego e que deverão, igualmente, conduzir a um aumento dos salários em 2022. Por fim, o aumento drástico dos preços dos combustíveis, derivado do conflito Rússia-Ucrânia irá contribuir para o agravamento da taxa de inflação. Este aumento coloca uma pressão inflacionária generalizada sobre os preços dos bens, dado o conseqüente agravamento da estrutura de custos das empresas. Pela positiva, o Banco Central Europeu veio dizer que o aumento da inflação deverá estabilizar em 2023.

Uma das conseqüências mais relevantes da recuperação económica é o reduzir da dívida pública portuguesa. As previsões para 2022 apontam para uma dívida que corresponde a 122% do PIB no melhor dos casos, 128% no pior. Para 2023 é esperado que a tendência de redução se mantenha e o valor fique entre os 119% e os 125%, em 2024 entre os 116% e os 119% e em 2025 entre os 114% e os 117%.

Nota Final

Para além da incerteza causada nos mercados internacionais pela guerra, que tornam todas as previsões apresentadas acima muito incertas, existe ainda uma grande dúvida sobre a crise humanitária que se avizinha. Há já milhares de famílias ucranianas deslocadas a fugir da guerra, quer porque temem pela vida, ou porque viram as suas casas, escolas e hospitais serem destruídas por bombardeamentos incessantes. Juntam-se a estas, milhares de cidadãos russos a fugir da Rússia por causa das sanções económicas sem precedentes, que deverão mergulhar o país numa crise profunda, e a fugir também da repressão da liberdade de expressão levada a cabo pelo governo russo.

5.3 Evolução previsível da sociedade

Perante o cenário macroeconómico apresentado e a situação da economia nacional, prevê-se que no futuro próximo a entidade V.I. Agência de Câmbios Lda continue a ser condicionada pelo impacto da crise sobre a sua capacidade produtiva.

O sector do Turismo é uma atividade económica fundamental para a geração de riqueza e emprego em Portugal, para a nossa entidade representa o nosso negócio.

De acordo com dados recentes da Organização Mundial do Turismo, este sector apresenta sinais de retoma, no entanto temos perfeita noção que a recuperação neste sector continuará lenta e condicionada nos próximos anos.

O nosso principal mercado turístico continua a ser o Reino Unido, no entanto a projeção acerca deste mercado não pode ser muito otimista, dado que esta economia também se encontra numa situação económica extraordinária, devido aos fatores resultantes do Covid e mais recentemente da Guerra na Europa.

Perante todos estes cenários estamos conscientes dos desafios impostos a esta atividade,, no entanto continuamos a apostar numa gestão adequada assente em regras de prudência, no nosso profissionalismo, confiantes e com esperança no futuro, para alcançarmos os nossos objetivos de superação das adversidades e de crescimento do nosso negócio.

6 - Outras Informações

A V I AGÊNCIA DE CÂMBIOS LDA não dispõe de quaisquer sucursais quer no território nacional, quer no estrangeiro.

Durante o período económico não ocorreu qualquer aquisição ou alienação de quotas próprias. Aliás a entidade não é detentora de quotas ou ações próprias.

Após o termo do exercício não ocorreram factos relevantes que afetem a situação económica e financeira expressa pelas Demonstrações Financeiras no termo do período económico de 2021.

Não foram realizados negócios entre a sociedade e os seus administradores. Não lhes foram

concedidos quaisquer empréstimos nem adiantamentos por conta de lucros.

A entidade não está exposta a riscos financeiros que possam provocar efeitos materialmente relevantes na sua posição financeira e na continuidade das suas operações. As decisões tomadas pelo órgão de gestão assentaram em regras de prudência, pelo que entende que as obrigações assumidas não são geradoras de riscos que não possam ser regularmente suportados pela entidade.

Não existem dívidas em mora perante o setor público estatal.

Também não existem dívidas em mora perante a segurança social.

No contexto actual da situação de pandemia provocada pelo COVID-19, é previsível que a actividade futura da empresa seja afectada. Encontramo-nos neste momento a reavaliar o plano de negócios em vigor com vista a ajustá-lo, se necessário, a esta nova realidade.

7 - Considerações Finais

Expressamos os nossos agradecimentos a todos os que manifestaram confiança e preferência, em particular aos Clientes e Fornecedores, porque a eles se deve muito do crescimento e desenvolvimento das nossas actividades, bem como a razão de ser do nosso negócio.

Aos nossos Colaboradores deixamos uma mensagem de apreço pelo seu profissionalismo e empenho, os quais foram e continuarão a sê-lo no futuro elementos fundamentais para a sustentabilidade da VI AGÊNCIA DE CÂMBIOS LDA.

Apresenta-se, de seguida as demonstrações financeiras relativas ao período findo, que compreendem o Balanço, a Demonstração dos Resultados por naturezas, a Demonstração de Alterações do Capital Próprio, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e o Anexo.

Carlos Santos

ATAS

Ata Número Catorze – Livro nº2

Aos trinta e um dias, do mês de Março, do ano de dois mil e vinte e dois, pelas 10 horas, na sua sede social sita em Praça Miguel Bombarda, número dezassete, na Freguesia e Concelho de Albufeira, reuniu a Assembleia Geral da sociedade por quotas, de responsabilidade limitada denominada “V.I. – Agência de Câmbios, Lda”, inscrita na Conservatória do Registo Comercial de Albufeira, com o número único de matrícula e de identificação fiscal quinhentos e três, seiscentos e vinte e seis, duzentos e trinta e seis, e com o capital social de Duzentos mil euros, estando presentes todos os sócios, a saber:

---- Carlos Augusto Cabrita dos Santos, residente na casa das Amendoeiras, Vale da Ursa, Guia, Albufeira, contribuinte fiscal número cento e treze, oitocentos e oitenta e cinco, seiscentos e um, detentor de uma quota no valor nominal de cem mil euros. _____

---- Nélia dos Santos Correia Cabrita dos Santos, residente na casa das Amendoeiras, Vale da Ursa, Guia, Albufeira, contribuinte fiscal número cento e vinte cinco, seiscentos e sessenta e seis, cento e dez, detentora de uma quota no valor nominal de cem mil euros. _____

----Decidiram constituir-se em assembleia geral, nos termos do artigo 54º do código das sociedades comerciais para deliberar sobre o seguinte assunto da ordem do dia: _____

----- Ponto único: Apreciação e deliberação sobre o Balanço, Resultados e demais contas relativas ao exercício findo em trinta e um de dezembro de dois mil e vinte e um. _____

---- Obtido o voto favorável de todos os sócios assumiu a presidência da mesa da assembleia geral o sócio Carlos Augusto Cabrita dos Santos. _____

----Pelo Presidente da mesa foi referido que não havia sido expedida convocatória desta reunião, mas, face à presença de todos os sócios e à sua vontade já expressa de se constituírem em assembleia geral, não existia impedimento legal ao regular funcionamento da assembleia desde que respeitada a ordem do dia já referida. _____

-----Declarou, então, aberta a sessão, dando início à apreciação do ponto único da ordem do dia: _____

---- Procederam à verificação das contas relativas ao exercício nomeadamente Balanço e Resultados, as quais apresentaram um Resultado Líquido negativo de sete mil, quinhentos e quarenta e seis euros e quarenta e dois cêntimos. _____

----Após análise e discussão foram as mesmas submetidas a votação, tendo sido deliberada por unanimidade a sua aprovação. _____

----No que concerne à afetação dos resultados do exercício foi deliberado por unanimidade que os mesmos fossem transferidos para Resultados Transitados. _____

----Nada mais havendo a tratar, o presidente encerrou a sessão pelas doze horas, dando por concluídos os trabalhos desta Assembleia, de que, para constar, se lavrou a presente ata que, após lida e aprovada, vai ser assinada por todos os presentes. _____

Carlos Santos

Nélia dos Santos

BALANÇO

V.I. AGÊNCIA DE CÂMBIOS LDA Praça Miguel Bombarda, 17 Albufeira NIPC 503626236	Ano - Atividade Global		Ano 2021		Ano anterior	
	Notas	Ativo Bruto	Provisões, Imparidades e amortizações	Ativo Líquido		
Base de reporte: Individual - NIC					Valores em Euros	
	1	2	3=1-2	4		
Ativo						
Caixa e Disponibilidades em Bancos Centrais	1	87.006,24		87.006,24	68.230,36	
Disponibilidades em Outras Instituições de Crédito	2	194,55		194,55	640,55	
Aplicações em Instituições de Crédito	3	55.000,00		55.000,00	55.000,00	
Outros Ativos Tangíveis	4	213.215,95	122.756,71	90.459,24	94.258,84	
Ativos Intangíveis	5	6.007,46	6.007,46	0,00	0,00	
Outros Ativos	6	16.046,15		16.046,15	8.972,56	
Total do Ativo		377.470,35	128.764,17	248.706,18	227.102,31	
Ano Ano Anterior						
Passivo						
Passivo não Corrente						
Recursos de Outras Instituições de Crédito	7			0,00	0,00	
Passivo Corrente						
Recursos de Outras Instituições de Crédito	8			0,00	0,00	
Outros Passivos	9			90.428,76	61.278,47	
Total do Passivo				90.428,76	61.278,47	
Capital						
Capital	10			200.000,00	200.000,00	
Outras Reservas e Resultados Transitados	11			-34.176,16	31.447,83	
Resultado do Exercício				-7.546,42	-65.623,99	
Total de Capital				158.277,42	165.823,84	
Total de Passivo e Capital				248.706,18	227.102,31	

Responsável pela Contabilidade:



Ana Santos

CC 87298

A Gerência:



Carlos Santos

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

V.I. AGÊNCIA DE CÂMBIOS, LDA
Praça Miguel Bombarda, 17
Albufeira
NIPC 503626236

Ano 2021
Mês Dezembro

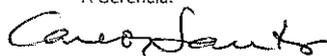
Base de reporte: Individual - NIC

	Valores em Euros		
	Notas		
	Quadros Anexos	Ano	Ano Anterior
Juros e encargos similares	12	85,52	39,87
Margem Financeira		-85,52	-39,87
Rendimentos de serviços e comissões	13	59.805,54	36.722,69
Encargos com serviços e comissões	14	97,33	137,55
Outros resultados de exploração	15	62.705,67	33.144,29
Produto bancário		122.328,36	69.689,56
Custos com pessoal	16	87.360,35	88.509,87
Gastos gerais administrativos	17	35.364,25	39.065,12
Amortizações de exercício Provisões líquidas de reposições e anulações	18	3.799,60	4.018,16
Resultados antes de impostos		-4.195,84	-61.903,59
Impostos			
Correntes	19	3350,58	3.720,40
Resultado após impostos	19	-7.546,42	-65.623,99
Resultado líquido do exercício	20	-7.546,42	-65.623,99

Responsável pela Contabilidade:


Ana Santos
CC 87298

A Gerência:


Carlos Santos

CONTAS	Saldo do exercício anterior		Aumentos		Transferências	Amortizações do exercício	Regularizações	Abates (líquido)	Valor líquido em 31.12.2021
	Valor bruto	Amortizações acumuladas	Aquisições	Reavaliações (líquido)					
ATIVOS INTANGÍVEIS									
Trespases									
Despesas de estabelecimento	1.702,46	1.702,46							
Custos plurianuais									
Despesas de investigação e desenvolvimento									
Sistemas de tratamento automático de dados (Software)	4.305,00	4.305,00							
Outras									
Sub Total	6.007,46	6.007,46							
ATIVOS TANGÍVEIS									
Inóveis de serviço próprio	107.773,72	23.440,85				1.616,61			82.716,26
Obras em inóveis arrendados	19.255,23	10.696,47				1.230,00			7.328,76
Outros inóveis									
Equipamento	83.771,30	82.860,21				496,87			414,22
Património artístico									
Outras imobilizações corpóreas	2.415,70	1.959,58				456,12			
Sub Total	213.215,95	118.957,11				3.799,60			90.459,24
ATIVOS EM CURSO									
Inobilizações incorpóreas inóveis									
Equipamento									
Património artístico									
Outras imobilizações corpóreas									
Adiantamentos por conta de imobilizações									
TOTAIS	219.223,41	124.964,57				3.799,60			90.459,24

Responsável pela Contabilidade:

Ana Santos

Ana Santos

CC Nº 87298

A Gerência:

Carlos Santos

Carlos Santos

Registada na CRC de Albufeira sob o nº 503626236

Nif: 503626236

Capital Social: 200.000,00€

Demonstração Individual das Alterações no Capital Próprio

Em 31 de Dezembro de 2021

V.I. - AGÊNCIA DE CÂMBIOS, LDA

Praça Miguel Bombarda, 17 Albufeira

(em euros)

MOVIMENTOS NO PERÍODO	Capital realizado	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Ajustamentos em activos financeiros	Excedente de revalorização	Outras variações no CP	Resultado líquido do período	TOTAL do Capital Próprio
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2021	200.000,00	11.118,21		20.329,62				-65.623,99	165.823,84
Alterações do período:									
Total Alterações do período				-65.623,99				-7.546,42	
Resultado líquido do período								-7.546,42	
Operações com detentores de CP:									
Entradas para cobertura de perdas									
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2021	200.000,00	11.118,21		-45.294,37				-1.589,87	158.277,42

Responsável pela Contabilidade:

Ana Santos

Ana Santos

CC N.º 87298

A Gerência:

Carlos Santos

Carlos Santos

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

V.I. AGÊNCIA DE CÂMBIOS, LDA

Ano: 2021

Base de Reporte - Individual - NIC

Mês: Dezembro

Atividades Operacionais	Valores em Euros
Recebimentos de comissões	59.805,54
Pagamento de comissões	0,00
Pagamentos ao pessoal e fornecedores	-92.330,95
Resultados de reavaliação cambial	0,00
Caixa gerada pelas operações	-32.525,41
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento	-3.350,58
Outros recebimentos/pagamentos	55.293,36
Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais (1)	19.417,37
Atividades de Investimento	
Pagamentos respeitantes a:	
Ativos fixos tangíveis	
Ativos Intangíveis	
Investimentos financeiros	
Outros ativos	
	0,00
Recebimentos provenientes de:	
Ativos fixos tangíveis	
Ativos intangíveis	
Investimentos financeiros	
Outros ativos	
Subsídios ao investimento	
Juros e rendimentos similares	
Dividendos	
	0,00
Fluxos de Caixa das Atividades de Investimentos (2)	0,00
Atividades de Financiamento	
Recebimentos provenientes de:	
Financiamentos obtidos	
Realização de capital e de outros instrumentos de capital próprio	
Cobertura de prejuizos	
Doações	
Outras operações de financiamento	
	0,00
Pagamentos respeitantes a:	
Financiamentos obtidos	0,00
Juros e gastos similares	182,85
Gratificações de Balanço	
Dividendos	
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio	
Outras operações de financiamento	
	182,85
Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento (3)	-182,85
Varição de caixa e seus equivalentes (1+2+3)	19.234,52
Efeito das diferenças de câmbio	
Caixa e seus equivalentes no início do período	68.230,36
Caixa e seus equivalentes no fim do período	87.006,24
Diferenças entre a soma dos fluxos e a variação de caixa	0,00

Responsável pela Contabilidade:

Ana Santos

Ana Santos
CC Nº 87298

A Gerência:

Carlos Santos

Carlos Santos



ANEXO AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

31 DE DEZEMBRO DE 2021



31 DE DEZEMBRO DE 2021
V. I. AGÊNCIA DE CÂMBIOS, LDA
PRAÇA MIGUEL BOMBARDA, Nº 17 ALBUFEIRA

IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

A V.I Agência de Câmbios, Lda é uma sociedade por quotas, com sede em Praça Miguel Bombarda, nº 17 em Albufeira constituída em 24 de janeiro de 1996, que tem como atividade principal o exercício de todas as atividades e operações legalmente autorizadas às agências de câmbios e designadamente, a compra e venda de notas e moedas estrangeiras e de cheques de viagem.

Todos os valores apresentados no Anexo estão expressos em Euros, salvo indicação de outra moeda.

I – Comparabilidade

As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2019 são comparáveis com as demonstrações do exercício anterior.

No período de 2020, a Entidade manteve o seu referencial contabilístico aplicável, as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), tal como adotadas pela União Europeia.

II – Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras – Bases de apresentação e principais critérios valorimétricos

A empresa preparou todas as demonstrações financeiras com base nos livros e registos contabilísticos os quais são mantidos de acordo com os princípios definidos nas Normas Internacionais de Relato Financeiro (IAS/IFRS), no âmbito do disposto pela União Europeia através do Regulamento 1606/2002 e na sequência do qual foi publicado o Aviso nº5/2015 de 30 de dezembro do Banco de Portugal.

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa, mantidos de acordo com princípios de contabilidade geralmente aceites em Portugal, no pressuposto da continuidade das operações.

Os principais critérios valorimétricos utilizados na preparação das demonstrações financeiras foram os seguintes:

a) Ativos Tangíveis e Intangíveis

As imobilizações corpóreas encontram-se registadas ao custo de aquisição.

As amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes, de acordo com a vida útil prevista.

b) Especialização dos exercícios

A Empresa regista as suas receitas e despesas de acordo com o princípio do acréscimo, sendo os rendimentos e os gastos reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos.

c) Saldos e transações expressos em moeda estrangeira

Todos os Ativos e Passivos expressos em moeda estrangeira foram convertidos para Euros utilizando-se as taxas de câmbio vigentes em 31 de dezembro de 2020 publicadas pelo Banco de Portugal.

As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transações e as vigentes na data das cobranças, pagamentos ou na data do balanço, foram registadas como rendimentos ou gastos na demonstração de resultados do exercício.

d) Férias e subsídio de férias

A empresa regista como gastos de cada exercício, o valor das remunerações devidas por férias e subsídios de férias, bem como os respetivos encargos sociais, pagáveis no ano seguinte a todos os trabalhadores.

e) Pressuposto da continuidade

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa, mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

f) Classificação dos ativos e passivos não correntes

Os ativos realizáveis e os passivos exigíveis a mais de um ano a contar da data da demonstração da posição financeira são classificados, respetivamente como ativos e passivos não correntes. Adicionalmente, pela sua natureza, os Impostos diferidos e as Provisões são classificados como ativos e passivos não correntes.

g) Passivos contingentes

Os passivos contingentes não são reconhecidos no balanço, sendo os mesmos divulgados no anexo a não ser que a possibilidade de uma saída de fundos afetando benefícios económicos futuros seja remota.

h) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados de acordo com a substância contratual independentemente da forma legal que assumam.

i) Eventos subsequentes

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que existiam nessa data são refletidos nas demonstrações financeiras.

Caso existam eventos materialmente relevantes após a data do balanço, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

j) Derrogação das disposições

Não existiram, no decorrer do exercício a que respeitam estas demonstrações financeiras, quaisquer casos excepcionais que implicassem a derrogação de qualquer disposição às IFRS.

III – Principais políticas contabilísticas

a) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras da V.I. Agência de Câmbios, Lda são apresentadas em euros. O euro é a moeda funcional e de apresentação.

As transações em moeda estrangeira são transpostas para a moeda funcional utilizando as taxas de câmbios prevalecentes à data da transação.

Os ganhos ou perdas cambiais resultantes dos pagamentos/recebimentos das transações bem como da conversão de taxa de câmbio à data de balanço dos ativos e passivos monetários, denominados em moeda estrangeira são reconhecidos na demonstração dos resultados na rubrica “Gastos de financiamento”, se relacionados com empréstimos ou em “Outros gastos e perdas operacionais”, para todos os outros saldos/transações.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Esta rubrica inclui caixa, depósitos à ordem em bancos e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com maturidade até três meses. Os descobertos bancários são incluídos na rubrica “Financiamentos obtidos”, expresso no “passivo corrente”.

c) Capital social

As quotas são classificadas na conta de capital.

d) Provisões

A Empresa analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultem de eventos passados e que devam ser objeto de reconhecimento ou divulgação. A subjetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos internos necessários para o pagamento das obrigações poderá conduzir a ajustamentos significativos, quer por variação dos pressupostos utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgados como passivos contingentes.

e) Fornecedores e outras contas a pagar

As contas a pagar a fornecedores e outros credores que não vencem juros, são registadas pelo seu valor nominal, que é substancialmente equivalente ao seu justo valor.

f) Financiamentos bancários

Os empréstimos são registados no passivo pelo valor nominal recebido líquido de comissões com a emissão desses empréstimos. Os encargos financeiros apurados de acordo com a taxa de juro efetiva são registados na demonstração dos resultados de acordo com o regime do acréscimo.

Os empréstimos são classificados como passivos correntes, a não ser que a Empresa tenha o direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por mais de 12 meses após a data de relato.

g) Locações

Os contratos de locação são classificados ou como (i) locações financeiras se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação ou como locações operacionais se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação.

A classificação das locações, em financeiras ou operacionais, é feita em função da substância económica e não da forma do contrato.

Os ativos fixos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizadas pelo método financeiro, reconhecendo o ativo fixo tangível, as depreciações acumuladas correspondentes, conforme definido nas políticas 2.2. e 2.3. acima e as dívidas pendentes de liquidação, de acordo com o plano financeiro contratual.

Adicionalmente, os juros incluídos no valor das rendas e as depreciações do ativo fixo tangível são reconhecidos como gastos na demonstração dos resultados do exercício a que respeitam.

Nas locações consideradas como operacionais, as rendas devidas são reconhecidas como gasto na demonstração de resultados numa base linear durante o período de contrato de locação.

h) Rédito e regime do acréscimo

O rédito compreende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços decorrentes da atividade normal da Empresa. O rédito é reconhecido líquido do abatimentos e descontos.

A Empresa reconhece rédito quando este pode ser razoavelmente mensurável, seja provável que a Empresa obtenha benefícios económicos futuros e os critérios específicos descritos a seguir se encontrem cumpridos. O montante do rédito não é considerado como razoavelmente mensurável até que todas as contingências relativas a uma venda estejam substancialmente resolvidas. A Empresa baseia as suas estimativas em resultados históricos, considerando o tipo de cliente, a natureza da transação e a especificidade de cada acordo.

Os rendimentos são reconhecidos na data da prestação dos serviços.

Os juros recebidos são reconhecidos atendendo ao regime do acréscimo, tendo em consideração o montante em dívida e a taxa efetiva durante o período até á maturidade.

Os dividendos são reconhecidos na rubrica “Outros ganhos e perdas líquidos” quando existe o direito de os receber.

i) Reconhecimento do rédito em contratos de construção

A Empresa reconhece os resultados das obras de acordo com o método da percentagem de acabamento, o qual é entendido como sendo a relação entre os custos incorridos em cada contrato até à data do balanço e a soma destes custos com os custos estimados para complementar a obra. A avaliação do grau de acabamento de cada contrato é revista periodicamente tendo em consideração os indicadores mais recentes de produção.

j) Subsídios

Os subsídios do governo são reconhecidos ao seu justo valor, quando exista uma garantia suficiente de que o subsídio venha a ser recebido e de que a Empresa cumpre com todas as condições para o receber.

Os subsídios atribuídos a fundo perdido para o financiamento de projetos de investigação e desenvolvimento estão registados em balanço na rubrica “Rendimentos a reconhecer” e são reconhecidos na demonstração dos resultados de cada exercício, proporcionalmente às depreciações dos ativos subsidiados.

Os subsídios à exploração destinam-se à cobertura de gastos, incorridos e registados, com o desenvolvimento de ações de formação profissional, sendo os mesmos reconhecidos em resultados à medida que os gastos são incorridos, independentemente do momento de recebimento do subsídio.

IV – Impostos

A Empresa encontra-se sujeita a Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) à taxa de 21% para a matéria coletável. Ao valor de coleta de IRC assim apurado, incidente sobre o lucro tributável registado acresce a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do Código do IRC. No apuramento da matéria coletável à qual é aplicada a referida taxa de imposto, são adicionados e subtraídos ao resultado contabilístico os montantes não aceites fiscalmente. Esta diferença, entre resultado contabilístico e fiscal, pode ser de natureza temporária ou permanente.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social, até 2000, inclusive e cinco anos a partir de 2001), exceto quando tenham havido prejuízos fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Assim, as declarações fiscais da Empresa dos anos de 2017 a 2020 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

A empresa procede ao registo de impostos diferidos, correspondentes às diferenças temporárias entre o valor contabilístico dos ativos e passivos e a correspondente base fiscal, conforme disposto na NCRF 25 – Impostos diferidos, sempre que seja provável que sejam gerados lucros fiscais futuros contra os quais as diferenças temporárias possam ser utilizadas. Refira-se que esta avaliação tem por base o plano de negócios da Empresa, periodicamente revisto e atualizado.

V – Número médio de pessoas ao serviço

Durante o ano de 2021, a Empresa contou com um efetivo médio anual de 7 trabalhadores ao serviço, mantendo o efetivo do ano anterior.

Contas do Ativo

1. Caixa

Em 31 de dezembro de 2021, o saldo da conta de caixa era de 87.006,24.

Caixa	Ano de 2021	Ano de 2020
Caixa – Moeda Nacional	56.818,98	51.603,12
Caixa – Moeda Estrangeira	30.187,26	16.627,24
Total	87.006,24	68.230,36

2. Disponibilidades em Outras Instituições de Crédito

Em 31 de dezembro de 2021, o saldo da conta de disponibilidades em outras instituições de crédito era de 194,55.

Instituições de Crédito	Ano de 2021	Ano de 2020
Depósitos á Ordem	194,55	640,55
Total	194,55	640,55

3. Aplicações em Instituições de Crédito

Em 31 de dezembro de 2021, o saldo da conta de Aplicações em outras instituições de crédito era de 55.000,00.

Aplicações em Inst. de Crédito	Ano de 2021	Ano de 2020
Títulos / Obrigações	55.000,00	55.000,00
Total	55.000,00	55.000,00

4. Ativos Tangíveis

Em 31 de dezembro de 2021, a conta de Ativos Tangíveis apresentava o seguinte valor:

Ativos Tangíveis	Ano de 2021	Ano de 2020
Valor Bruto	213.215,95	213.215,95
Amortizações Acumuladas	122.756,71	118.957,11
Valor líquido em 31.12.2021	90.459,24	94.258,84

5. Ativos Intangíveis

Em 31 de dezembro de 2021, a conta de Ativos Intangíveis apresentava o seguinte valor:

Ativos Intangíveis	Ano de 2021	Ano de 2020
Valor Bruto	6.007,46	6.007,46
Amortizações Acumuladas	6.007,46	6.007,46
Valor líquido em 31.12.2021	0,00	0,00

6. Outros Ativos

Em 31 de dezembro de 2021, o saldo da conta de Outros Ativos registava o valor de 16.046,15.

Devedores e O. Aplicações	Ano de 2021	Ano de 2020
<u>Devedores e outras aplicações:</u>		
Devedores Diversos	23,80	2,48
<u>Ativos Financeiros:</u>		
Outros Ativos – Fundo Comp.	490,49	490,49
<u>Proveitos a receber:</u>		
Outros proveitos	12.175,06	1.611,09
<u>Despesas c/ct. Diferido:</u>		
Seguros	23,46	31,16
Rendas	333,34	333,34
Alugueres – Renting	3.000,00	6.000,00
<u>Outras Ctas. Regularização:</u>		
IRC - PC		504,00
IRC – PEC		
IRC – Retenções		
Total Outros Ativos	16.046,15	8.972,56

Contas do Passivo

7. e 8. Recursos para com Instituições de Crédito

Em 31 de dezembro de 2021 a Empresa não registava qualquer valor na conta de Empréstimos.

Recursos Obtidos de OIC	Ano de 2021	Ano de 2020
<u>Passivo não Corrente:</u>		
Empréstimo Santander		
<u>Passivo Corrente:</u>		
Empréstimo Santander		
Empréstimo CT-CC		
Total	0,00	0,00

9. Outros Passivos

Em 31 de dezembro de 2021 a Empresa registava nos Outros Passivos um montante global de 90.428,76.

Outros Passivos	Ano de 2021	Ano de 2020
<u>Credores Diversos:</u>		
Fornecedores Nac.	3.137,56	3.246,78
Vencimentos a Liquidar	9.286,71	4.079,42
Outros Credores	61.295,58	36.000,00
<u>Outras Exigibilidades:</u>		
Retenção de Impostos	725,25	431,25
Contribuições Seg. Social	4.308,75	4.253,69
<u>Encargos a pagar:</u>		
Subsídios de Ferias e Enc.	5.983,93	6.732,62
<u>Outras Contas</u>		
IRC Imposto Estimado	3.350,58	3.720,40
IRC Imposto a Pagar	2.340,40	2.814,31
Total	90.428,76	61.278,47

10. Capital

Em 31 de dezembro de 2021, o capital social de 200.000,00 encontrava-se integralmente subscrito e realizado.

Representado por 2 quotas de igual montante no valor de 100.000,00, pertencentes aos sócios:

- Carlos Augusto Cabrita dos Santos e Nélia dos Santos C.C. Santos

11. Outras Reservas e Resultados Transitados

Outras Reservas e R. T.	Ano de 2021	Ano de 2020
Reserva Legal	11.118,21	11.118,21
Resultados Transitados	-45.294,37	20.329,62
Total	-34.176,16	31.447,83

Por decisão da Assembleia Geral, realizada a 31 de Março de 2022, foram aprovadas as contas do exercício findo a 31 de dezembro de 2021, com um resultado líquido negativo de (7.546,42) euros, tendo sido deliberado transferir a sua totalidade para Resultados Transitados.

12. Juros e Encargos Similares

Os Juros e encargos no ano de 2021 foram os seguintes:

Juros e Encargos Similares	Ano de 2021	Ano de 2020
Juros de Empréstimos	85,52	39,87
Total	85,52	39,87

13. Rendimentos de Serviços e Comissões

Os Rendimentos de Serviços e Comissões no ano de 2021 foram os seguintes:

Rendimentos e Encargos Similares	Ano de 2021	Ano de 2020
Ganhos em Operações Financeiras	58.293,22	34.869,78
Comissões	1.512,32	1.852,91
Total	59.805,54	36.722,69

14. Encargos com serviços e comissões

Os Encargos com Serviços e Comissões no ano de 2021 foram os seguintes:

Encargos e comissões	Ano de 2021	Ano de 2020
De Outros Serviços	97,33	137,55
Total	97,33	137,55

15. Outros Resultados de Exploração

Em 31 de dezembro de 2021 a composição dos Resultados de Exploração era a seguinte:

Resultados de Exploração	Ano de 2021	Ano de 2020
<u>Outros Custos:</u>		
Rendas de Locação Operacional	9.052,92	9.052,92
Quotizações	120,00	120,00
Outras Perdas Extraordinárias	716,63	343,04
<u>Impostos:</u>		
Imposto Selo	101,27	3,63
IUC	302,76	302,05
Taxas	20,00	170,80
Impostos diretos	113,17	113,17
<u>Outros Rendimentos:</u>		
Aluguer espaço/ATMS	27.553,75	19.811,00
Reembolso despesas	341,55	563,96
Ganhos Extraordinários	78,80	55,93
<u>Subsídios do Estado :</u>		
Apoio Covid	45.158,32	22.819,01
Total	62.705,67	33.144,29

16. Custos com o Pessoal

Em 31 de dezembro de 2021 a composição dos Custos com o Pessoal era a seguinte:

Custos com o Pessoal	Ano de 2021	Ano de 2020
Remuneração O. Sociais	13.263,51	14.394,28
Remunerações Empregados	60.869,65	62.074,09
Encargos Sociais s/Remun.	12.163,97	11.263,33
Seguros Acidentes Trab.	676,12	778,17
Outros Custos	387,00	0,00
Total	87.360,35	88.509,87

17. Gastos Gerais Administrativos

Em 31 de dezembro de 2021 a composição dos Gastos Gerais Administrativos era a seguinte:

Gastos Gerais Administrativos	Ano de 2021	Ano de 2020
Água, Energia e Combustíveis	4.047,57	4.092,24
Material consumo corrente	574,72	215,71
Material para assistência rep.		
Material higiene e limpeza	224,88	472,71
Outros fornecimentos terceiros	101,39	
Rendas e alugueres	16.059,45	19.145,84
Comunicação	2.689,85	2.343,74
Deslocações e estadas	15,90	9,00
Publicidade	80,00	80,00
Conservação e reparação	2.586,12	1.205,48
Seguros	978,66	1.213,76
Contencioso e notariado		
Serviços especializados	8.005,71	10.286,64
Total	35.364,25	39.065,12

18. Amortizações do Exercício

Durante o exercício de 2021 foram efetuadas as seguintes Amortizações do Ativo Tangível e Intangível:

Amortizações	Ano de 2021	Ano de 2020
Amortizações Ativos Tangíveis	3.799,60	4.018,16
Amortizações Ativo Intangíveis	0,00	0,00
Total	3.799,60	4.018,16

19. Resultados antes de impostos e Impostos correntes

O resultado antes do apuramento do Imposto Corrente sobre os Lucros (IRC) 2021, foi de (4.195,84) euros.

Impostos Correntes:

O Imposto Corrente sobre o Lucro do Exercício de 2021 foi de 3.350,58

20. Resultado Líquido do Exercício

Em 31 de dezembro de 2021 a Sociedade apresentou um Resultado Líquido de (7.546,42)

Nos últimos 3 anos a Sociedade apresentou os seguintes resultados:

	Ano de 2021	Ano de 2020	Ano de 2019
Resultado Líquido	(7.546,42)	(65.623,99)	(1.589,87)
RAI	(4.195,84)	(61.903,59)	3.094,64
Resultado Fiscal-M.C.	(3.479,21)	(61.560,55)	3.696,93
IRC a pagar	3.350,58	3.720,40	4.684,51

21. Outras Divulgações

A pandemia de Covid 19 continuou a ter um impacto sem precedentes na economia, sobre as famílias e as empresas e o efeito desta crise sobre os setores ligados ao turismo foi devastador, todos estes fatores condicionaram significativamente a nossa atividade, os resultados obtidos durante este exercício ficaram refletidos nas Demonstrações Financeiras a 31 de dezembro de 2021, apesar de continuarem a ser negativos, manifestaram uma significativa recuperação quando comparados com o exercício de 2020.

Após o encerramento do exercício e até à elaboração do presente relatório, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas, para efeitos do disposto na alínea b) do nº 5 do Artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais.

A Covid-19, com as sucessivas vagas de infecção, tem vindo a afetar um conjunto muito alargado de países, tendo infetado milhares de pessoas em todo o mundo. No entanto o ano de 2021 fica marcado pela recuperação económica, face á queda drástica registada em 2020.

O acesso ás vacinas permitiu o desconfinamento e a recuperação económica, no entanto o acesso desigual às vacinas, veio também acentuar as divergências, entre as economias mais desenvolvidas e as mais frágeis.

O apoio à economia dos diversos países evitaram o colapso empresarial e permitiram a manutenção dos postos de trabalho, tendo em vista a recuperação económica.

Tendo presente os efeitos desta situação em termos mundiais, e em particular em algumas economias da Zona Euro tais como Portugal, temos ainda a acrescentar a guerra na Europa e todas as suas consequências negativas em termos económicos e humanitários.

Assim a retoma da atividade projetada para o próximo ano encontra-se condicionada pelo impacto de todas estas crises o que continua a colocar enormes desafios à economia portuguesa nos próximos anos, neste contexto de incerteza a empresa considera ser prematuro estimar qual o impacto para o próximo ano, tudo ficará condicionado pelo evoluir desta crise pandémica e da guerra, que todos esperamos seja no sentido da retoma ao normal funcionamento da atividade económica e ao regresso da paz.

No contexto descrito, a empresa continua a adotar um conjunto de medidas de contingência previstas e concebidas para assegurar a protecção de pessoas e a continuidade da atividade, incluindo, entre outras, as recomendações das autoridades sanitárias, procurando maximizar a resiliência da organização.

Dependendo da profundidade e da extensão temporal dos impactos disruptivos, a atividade e rentabilidade da empresa será afetada em maior ou menor grau. Com base em toda a informação disponível à data, incluindo no que respeita à situação de liquidez e de capital, bem como quanto ao valor dos ativos, considera-se que se mantém o princípio da continuidade das operações que estiveram subjacentes à laboração das demonstrações financeiras.

22. Informações exigidas por diplomas legais

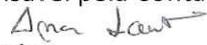
Nos termos do Decreto-lei 534/80 de 7 de novembro, a gerência informa que a entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora.

Dando cumprimento ao estipulado no Decreto nº 411/91 de 17 de outubro, a gerência informa que a situação da entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

Para efeitos da alínea d) do nº 5 do Artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais, durante o exercício de 2021, a entidade não efetuou quaisquer transações com quotas.

Albufeira, 31 de Março de 2022

Responsável pela Contabilidade:


Ana Santos

CC 8729

Gerência:

Carlos Santos





RELATÓRIO DE AUDITORIA

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião com reservas

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de **V.I. AGÊNCIA DE CÂMBIOS, LDA.**, que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2021 (que evidencia um total de 248.706 euros e um total de capital próprio de 158.277 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 7.546 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, exceto quanto aos efeitos das matérias referidas na secção “Bases para a opinião com reservas”, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de **V.I. AGÊNCIA DE CÂMBIOS, LDA.** em 31 de dezembro de 2021 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia.

Bases para a opinião com reservas

A Empresa evidencia nas suas demonstrações financeiras, uma aplicação em instituições de crédito no montante de 55.000 euros, cuja probabilidade de recuperabilidade e realização é muito reduzida. Desta situação, e considerando que a situação de imparidade identificada já transita de período anterior, resulta que as aplicações em instituições de crédito e os resultados transitados encontram-se sobreavaliados nesse montante.

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião com reservas.



Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com



Isabel Paiva, Miguel Galvão & Associados

Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.

Isabel Paiva
Miguel Galvão
Anabela Peres
José Luís Nunes
Nuno Tavares
Johnny Laurência

acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;

- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

Faro, 23 de junho de 2022

Isabel Paiva, Miguel Galvão & Associados,
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.

ISABEL PAIVA, MIGUEL GALVÃO & ASSOCIADOS, LDA.
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

Representada por:

Johnny Viegas Laurencia (ROC n.º 1687)

SROC Inscrita como Auditor na CMVM sob o n.º 20161400

ROC Inscrito como Auditor na CMVM sob o n.º 20161297